Folha: 36
Processo: 03/22
Data: 12/09/22 Ass:

INSTRUMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE CELEBRAM A COMPANHIA MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR E A UNIÃO CONTÁBIL EIRELI PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONTABILIDADE DE ECONOMIA MISTA.

Pelo presente **INSTRUMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONTABILIDADE DE ECONOMIA MISTA**, de um lado a **COMPANHIA MUNICIPAL DE TURISMO DE UBATUBA – COMTUR** – Sociedade de Economia Mista, inscrita no **CNPJ sob o n.º 66.736.018/0001-64**, com sede administrativa na Avenida Rio Grande do Sul, 771, Centro, Ubatuba/SP, neste ato representado pelo Liquidante, com poderes de Presidente, **Sr. José Carlos Cupperi Filho**, brasileiro, divorciado, **RG 33.130.991-9**, **CPF.: 300.703.678-09**, com endereço na Rua Maranhão 315, Centro, Ubatuba/SP, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **UNIÃO CONTÁBIL EIRELI com CNPJ 34.582.529/0001-82**, com sede na Rua Olinto de Carvalho, 100, Centro - Ubatuba-SP, neste ato representada pela(o) Sr(a) **Alex Mendes Gois,** brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade **RG 34251120 SSP/SP**, inscrito no **CPF/MF n° 330.335.788-96 e no CRC n° 1SP276279/O-3**, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando a Homologação e Adjudicação do objeto da licitação na modalidade **CONTRATAÇÃO DIRETA**, por dispensa de licitação, observada a legislação vigente pertinente à matéria notadamente o contido na Lei Federal nº 13.303/2016, artigo 29, inciso II, têm entre si justo e contratado o presente instrumento, o qual reger-se á pelas cláusulas e condições adiante discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E FINALIDADE

1.1 Constitui objeto do presente ajuste a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONTABILIDADE DE ECONOMIA MISTA**, conforme descrito no termo de referência e orçamentos, na forma única e de acordo com as ordens de serviços (O.S.) expedidas pela **CONTRATANTE.**

ITEM	DESCRIÇÃO	Un.	Quant.	Vl. Total
01	Contratação de escritório de contabilidade para a Companhia Municipal de Turismo de Ubatuba (COMTUR) conforme descrição dos seguintes ítens abaixo: a) Escrituração contábil e fiscal; b) Registro de Atas na Junta comercial do Estado de São Paulo;	Serviço	01	R$ 49.740,00

Folha: 37
Processo: 03/22
Data: 12/07/22 Ass:

	c) Sped ECF e EFD; d) DCTF mensal; e) DCTF Web; f) Folha de pagamento para aproximadamente 40 colaboradores regidos pela CLT; g) Rescisão; h) Férias; i) E-social; j) Dirf; k) Demais declarações exigidas para a companhia; l) Regularização de Obrigações Acessórias Retroativas.			

1.2. Por se tratar de Sociedade de Economia Mista independente, que não recebe recursos financeiros públicos, será realizada a escrituração contábil comercial, modelo que já vem sendo adotado pela Companhia.

1.3. Caso haja alteração na situação fática, a CONTRATADA deverá realizar a escrituração contábil pública, sem qualquer ônus ADICIONAL para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O valor anual estimado do presente contrato é de **R$ 49.740,00** (quarenta e nove mil setecentos e quarenta reais), que serão pagos em 12 parcelas mensais no valor de **R$ 4145,00** (quatro mil cento e quarenta cinco reais).

2.2. Nos preços acima estipulados estão inclusas todas as despesas sobre o objeto licitado tais como: valores de mão-de-obra, materiais, tributos, fretes, seguros, encargos sociais e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste instrumento, e respectivas

contribuições conforme cotação de preços apresentada pela **CONTRATADA**, acostado ao Procedimento Administrativo.

2.3. Os pagamentos mensais serão efetuados pelo setor financeiro da **CONTRATANTE**, através de crédito em conta corrente previamente designada pela **CONTRATADA**, até o 15° (décimo quinto) dia útil, após a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e CNDs (Certidões Negativas de Débitos), atestada pela diretoria financeira da COMTUR.

2.4. Constatadas quaisquer irregularidades na Nota Fiscal, será imediatamente solicitada Carta de Correção à **CONTRATADA**, ou a pertinente regularização, devendo ser atendida em 24 (vinte e quatro) horas, podendo ser recontado o prazo de pagamento no caso de desatendimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O objeto do presente contrato poderá sofrer, nas mesmas condições contratuais, realinhamento de preços, que será efetuado quando o valor tornar-se inexequível para ambos os lados, podendo ocorrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do art. 81, §1º da Lei 13.303/2016.

3.2. O objeto contratado deverá obedecer às normas do CRCSP, Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

3.3. A **CONTRATADA** deverá executar o objeto do contrato conforme as necessidades da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

4.1. O presente instrumento terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, tendo o início em 12 de abril de 2022 e seu término em 11 de abril de 2023, podendo a critério da Companhia Municipal de Turismo de Ubatuba, ser prorrogado por período igual ou sucessivos.

4.2. A **CONTRATADA** deverá executar o objeto licitado conforme as necessidades do CONTRATANTE, objeto deste contrato.

4.3. Os serviços serão executados nas dependências da **CONTRATADA**, cabendo à **CONTRATANTE** o envio de toda a documentação necessária, que deverá ser solicitada com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.

Folha: 38
Processo: 03/22
Data: 12/07/22 Ass:

4.4. A **CONTRATADA** ficará responsável por observar e cumprir todos os prazos legais referente aos serviços contratados, bem como os eventuais prazos expressamente solicitados pela **CONTRATANTE**.

4.5. O envio e recebimento de documentos entre as partes contratantes, deverá ser formalizado por protocolo.

Folha: 39
Processo: 03/22
Data: 12/07/22 Ass:

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A execução do contrato será diretamente fiscalizada pelo Liquidante com poderes de Presidente da COMTUR, pela Direção Administrativa da COMTUR ou pela Comissão de Liquidação da COMTUR, a qual zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo CONTRATADO, nos termos de sua proposta e demais elementos referidos nas cláusulas deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA** todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, bem como quaisquer tributos incidentes sobre a prestação de serviço, conforme já mencionado na cláusula 2.2.

6.2. A **CONTRATADA** é responsável única e exclusivamente pela imperfeição da execução do objeto licitado, ainda que verificados após sua aceitação pela COMTUR, sendo certo que nenhum pagamento desta, isentará a **CONTRATADA** de tal responsabilidade.

6.3. A **CONTRATADA** obriga-se a reparar, corrigir ou refazer às suas expensas, no total ou em partes, o objeto deste contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, decorrentes de sua culpa.

6.4. A **CONTRATADA** responderá por qualquer dano causado à **CONTRATANTE**, sendo responsável por eventuais multas fiscais decorrentes de imperfeições ou atrasos nos serviços ora contratados, excetuando-se os ocasionados por força maior ou caso fortuito, assim definidos em lei, depois de esgotados os procedimentos de defesas administrativa.

6.4.1. A **CONTRATADA** não possui responsabilidade por eventual desídia da **CONTRATANTE**, na elaboração e envio de documentos previamente solicitados.

6.4.2. A **CONTRATADA** não possui responsabilidade pela incidência de juros e correção monetária que não sejam decorrentes da atuação da mesma.

6.5 A **CONTRATADA**, sem qualquer ônus à COMTUR, obriga-se:

Folha: 10
Processo: 03/22
Data: 26/9/22 Ass:

6.5.1. Efetuar o pagamento de todos os impostos e taxas incidentes ou que venham a incidir sobre a execução dos serviços sob sua responsabilidade;

6.5.2. Cumprir a Legislação Trabalhista, responsabilizando-se pelo pagamento de quaisquer contribuições da previdência social e seguro de acidentes de trabalho de seus empregados, não havendo, por decorrência da prestação de serviços, subordinação ou a caracterização de vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**.

6.5.3. Comunicar ao órgão fiscalizador qualquer erro, divergência, desvio ou omissão referente ao estipulado nas especificações ou em qualquer documento que faça parte integrante do contrato.

6.5.4. Acatar as instruções e observações que emanarem do órgão fiscalizador, repetindo a execução do objeto licitado não aceito.

6.5.5. Manter número de funcionários e equipamentos suficientes para atender à **CONTRATANTE**;

6.5.6. Levar imediatamente ao conhecimento do órgão fiscalizador qualquer ato extraordinário ou anormal que ocorra durante cumprimento do Contrato, para adoção imediata das medidas cabíveis.

6.6. A **CONTRATANTE** poderá se não lhe convier a rescisão do contrato, reter o pagamento dos honorários,, nos seguintes casos:

a) Não cumprimento de obrigação da **CONTRATADA** para com terceiros, as quais possam de qualquer forma prejudicar a COMTUR;

b) Débitos da **CONTRATADA** para com a COMTUR, provenientes da execução deste contrato;

c) Descumprimento por parte da **CONTRATADA** das obrigações previdenciárias ou sociais.

6.7. A **CONTRATANTE** obriga se a:

6.7.1. Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados;

6.7.2. Efetuar os pagamentos nos termos da cláusula 2.1./2.3. deste contrato;

6.7.3. Notificar a **CONTRATADA** quando verificada alguma irregularidade na execução contratual.

Folha: 41
Processo: 03/22
Data: 12/04 Ass:

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. Havendo irregularidades na execução do objeto licitado, inclusive atrasos no prazo tratado na cláusula 4..1. e seguintes, ficará o presente contrato instrumento, sujeito à rescisão com as penalidades de acordo com o seguinte critério:

a) Pelo atraso na execução do objeto licitado, recairá multa equivalente a 1% (um por cento) do contrato, por dia de atraso, no limite máximo de 10 (dez) dias, após o que ficará caracterizada inexecução parcial do objeto, conforme o caso, com multa em dobro no caso de reincidência;

b) Pela inexecução parcial do objeto: multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.;

c) Pela inexecução total do objeto, recairá multa equivalente a 15 % (quinze por cento) do valor do contrato;

d) Qualquer outra infringência às condições previstas neste instrumento convocatório recairá advertência escrita e multa correspondente a 0,5% (meio por cento) do valor do contrato..

7.1.1 Os valores das multas que forem aplicadas poderão ser descontados dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.2. Sem prejuízo da cominação da multa contratualmente prevista, poderá ser aplicada à CONTRATADA, a penalidade de suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, pela inexecução parcial ou total do contrato, com rescisão unilateral pela Administração, ou caso incorra nas seguintes condutas:

a) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

b) Não mantiver a proposta;

c) Falhar ou fraudar na execução contratual;

d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

7.2.1 A penalidade será aplicada após o prévio Processo Administrativo regular que atenda o contraditório e ampla defesa.

Folha: 42
Processo: 03122
Data: 12/04/22 Ass:

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 69, inciso VII, observando o quanto disposto nos artigos 82 a 84 da Lei n° 13.303/2016.

8.2. A rescisão do contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da COMTUR;

b) Consensual, por acordo entre as partes, reduzida a termo no referido processo, desde que haja conveniência para a COMTUR;

c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

8.3. A rescisão administrativa ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

8.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do **Processo Administrativo 003/2022**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Os casos omissos serão dirimidos com base na Lei 13.303/2016 e suas alterações, pelos preceitos de direito público e supletivamente pelos princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Ubatuba - SP, para dirimir as ações originárias deste contrato.

E, assim estando justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, na presença de 02 (duas) testemunhas, comprometendo-se por si e seus sucessores, ao seu fiel cumprimento.

Ubatuba, 12 de abril de 2022.

Folha: 43
Processo: 03/22
Data: 12/07/22 Ass:

UNIÃO CONTÁBIL EIRELI
Alex Mendes Gois
CPF: 330.335.788-96

Diretor Executivo de Gestão
Fabrício Mendes Machado

COMPANHIA MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR
José Carlos Cupperi Filho
Liquidante com Poderes de Diretor Presidente

Testemunhas:

Amanda Corrêa Leite
Nome Completo

RG: 39.168.370-6

Luiliia dos Santos
Nome Completo

RG: 22.146.147-4